

Conversas com José Calvet de Magalhães – Excertos

Publicação: [O Mundo em Português Nº58](#)

Data de Publicação: Abril/Maio de 2005

Autor: Álvaro de Vasconcelos

Conheci José Calvet de Magalhães em 1982, quando terminava a sua carreira diplomática dirigindo a renegociação do Acordo das Lages. Num país ainda então marcado na sua política externa e de segurança pelo pensamento geopolítico atlantista ou pelo isolacionismo nacionalista, um diplomata, de primeiro plano durante o antigo regime, actor e pensador, capaz de ser ao mesmo tempo europeísta convicto e admirador tranquilo da democracia americana, era quase uma excepção e quase um enigma. Aliás, não foram nem um nem dois os políticos do novo regime que entretanto descobriram com espanto a consistência das convicções europeístas do embaixador Calvet de Magalhães.

Desde essa altura, sempre me fascinou que tivesse existido na diplomacia portuguesa, no tempo de Salazar e da opressão colonial, uma corrente notoriamente pró-europeia, euro-atlântica, e me interessou conhecer em pormenor a polémica surda que travou com a corrente geopolítica atlantista e imperial do «orgulhosamente sós», polémica que, para além das aparências, se prolongou até muito depois da adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

Álvaro de Vasconcelos: No pós-guerra começa a colocar-se a questão da integração europeia, impulsionada, aliás, pelos americanos, com o Plano Marshall, e começa então a surgir entre nós uma corrente europeísta...

José Calvet de Magalhães: ... não havia propriamente uma corrente, nem havia do nosso lado qualquer promoção nesse sentido. Foi tudo feito com bastante discrição, quando regresssei ao serviço no Ministério. (...) A NATO tinha sido criada mas ainda estava a funcionar em Londres. Em 1952, a sede transferiu-se para Paris e eu fui agregado à delegação da NATO. Tudo isto foi fortuito, não houve aqui pensamento político nenhum, e nem ninguém sabia das minhas ideias europeístas. Não houve intenção política de espécie nenhuma.

Fui transferido para a NATO quando Rui Guerra chefiava a nossa delegação na OECE. Nós já tínhamos relações de amizade e, em Paris, na altura, estava a ser negociada a

Comunidade Europeia de Defesa. Entrámos logo em conluio e a discutir os problemas europeus. A CED falhou mas, pouco depois, começou a discutir-se o Mercado Comum. Mantive-me na NATO até 1956 e fui depois substituir Rui Guerra, que regressou a Lisboa. Tudo isso aconteceu por acaso mas permitiu que nós dois criássemos um pacto europeísta. Mas não houve um pensamento político prévio nesse sentido, apenas um conjunto de circunstâncias. Porque é que mandaram para Paris a pessoa mais europeísta que tinham no Ministério quando Paris era o centro das negociações europeias? Ninguém conhecia as minhas ideias.

AV: Salazar tinha motivações ideológicas anti-americanas e por isso foi incapaz de pressentir o papel que os Estados Unidos iam ter no pós-guerra e as mutações internacionais que acarretava a predominância mundial de uma poderosa e pujante nação democrática.

JCM: Os americanos ofereceram a ajuda aos Aliados mediante várias condições. A primeira das quais era a de que a distribuição da ajuda deveria ser feita pelos próprios países beneficiários que tinham, para isso, de se organizar. Havia a ideia de fazer a distribuição em conjunto, ou seja, de promover uma união europeia. A outra ideia, que geralmente não é referida, é de que toda a política económica europeia se basearia na liberdade do comércio. Os países que se associaram para receber a ajuda americana comprometiam-se a fazer o seu desenvolvimento económico na base da política americana da liberdade comercial. Essa foi a parte importantíssima do Plano. Geralmente, quando se fala nessa época, fala-se do Plano Marshall como uma ajuda financeira, mas esquece-se a parte mais importante, que foi a liberalização da actividade comercial.

AV: Os Estados Unidos preconizavam a liberalização do comércio intra-europeu, a associação económica dos Estados que acabavam de sair da guerra.

JCM: Foi o que permitiu o ressurgimento europeu nos anos 50. A ajuda financeira foi feita em duas fases: em 1949-50, e em 1950-51. Portugal não quis ser incluído na primeira, porque já tinha declarado que não precisava de ajuda. Mas quando apareceu a lista da distribuição, omitindo Portugal, Guerra declarou: «Não, não. O facto de o meu país não ter pedido ajuda, não quer dizer que não figure na lista de distribuição, porque o Governo português amanhã pode mudar de posição».

AV: Essa posição prudente tinha-lhe sido transmitida de Lisboa?

JCM: Não, foi iniciativa de Rui Guerra, um simples primeiro secretário, sem quaisquer instruções. E o que é que aconteceu? No ano seguinte, já depois de distribuída a

primeira fase da ajuda, rebentou a crise financeira em Portugal. Daniel Barbosa, o ministro da Economia daquela altura, começou a fazer importações em massa, para manter o abastecimento interno. Ora, a política económica de Salazar era baseada numa forte cobertura do escudo e a crise trouxe uma quebra importante das reservas do Banco de Portugal. O Ministro satisfiz o consumo interno mas pagou as importações em divisas, porque as nossas exportações tinham baixado drasticamente. As nossas exportações não eram, nessa altura, de produtos prioritários mas de bens dispensáveis: bebidas, conservas de peixe. Por isso caíram brutalmente. Salazar ficou assustadíssimo, e o ministro Lumbrales, seu braço direito, concluiu que «a nossa salvação é podermos beneficiar do Plano Marshall». E Salazar perguntou: «Como é que se faz isso?». «Chama-se o Guerra», sugeriu Lumbrales. Ele veio a Lisboa e Salazar perguntou-lhe: «Acha que é possível?». Guerra respondeu: «Acho que sim. Primeiro, porque nós nunca abdicámos da ajuda, apenas fizemos uma reserva, deixando a questão em aberto. Segundo, preciso que me dêem meios de constituir uma delegação com os técnicos necessários». Salazar aceitou e Rui Guerra lá se desenvencilhou para participar na segunda fase de distribuição da ajuda que, depois da segunda fase, acabou. A OECDE podia ter acabado nessa altura. Mas havia a questão da liberalização comercial, e foi por isso que a OECDE continuou e criou o Comité do Comércio, constituído pelos altos representantes de todos os países membros que dirigiam a respectiva política comercial. (...)

AV: Os instrumentos, nos primórdios na integração europeia, eram essencialmente económicos; como preconizava Montesquieu era o «doce comércio» concebido como instrumento da paz.

JCM: Exactamente. Tudo isso decorria de um pensamento sobre a paz e a segurança na Europa. Salazar dizia que os americanos não percebiam nada de assuntos europeus. Quem lê as memórias de George Kennan verifica porém que o pensamento que está expresso no Plano Marshall resulta de estudos profundos da realidade europeia, em cuja preparação participou o próprio Kennan.

AV: Nessa altura, ser a favor do Plano Marshall era ser a favor da unidade europeia, que era então um dos objectivos da política americana.

JCM: Por isso, a princípio, os europeístas tinham uma ligação muito forte com os americanos. Mas, a partir de determinado momento, estes últimos começaram a tender para a filosofia de pendor mais isolacionista.

... ..

AV –Se bem entendo aquilo que me diz, a entrada de Portugal na Comunidade Europeia, em 1986, foi facilitada pela prévia existência de um movimento bem anterior, que preconizava a aproximação da Europa. Perfilha o ponto de vista de que há uma ligação entre os dois processos, ou pensa que houve uma ruptura em 1974-75 e o início de um novo processo que culminou com a adesão?

JCM: Acho que há uma continuidade absoluta. O primeiro passo foi a nossa participação no Plano Marshall e no movimento de liberalização, que permitiu que Portugal tomasse parte nas negociações euro-americanas e permitiu fosse depois membro efectivo na EFTA. A EFTA é, geralmente, mal compreendida. Pensa-se que foi criada para fazer guerra ao Mercado Comum mas, bem pelo contrário, foi um organismo criado para poder acompanhar a desmobilização tarifária planeada pelo Mercado Comum e encontrar o momento oportuno para que os países membros da EFTA pudessem fazer a ligação, da melhor forma possível, ao Mercado Comum.

AV: Para além da continuidade, Mário Soares disse na altura, por diversas vezes, que a Europa era um novo destino para um país que tinha perdido o império. Ora, novo destino dá uma ideia de ruptura: desaparecera o Portugal ditatorial, colonial, imperial, concentrado na África, e desenha-se a perspectiva um Portugal novo, democrático, que se integrava na Europa com essa renovada feição.

JCM: É verdade, mas creio que, nesse aspecto, não houve propriamente ruptura. O que houve foi que o problema ultramarino desapareceu – bem ou mal, não sei, mas desapareceu – e emergiu a realidade que eu sempre defendi: ficámos perante a Europa, à qual nunca deixámos de pertencer, cultural e economicamente. Estávamos distantes, no plano político, por causa da natureza do regime português e da preponderância da política ultramarina na condução da política geral do país.

AV: A que se junta a preponderância do nacionalismo, a característica essencial da ideologia de Salazar. A integração europeia nascera afinal da deslegitimação do nacionalismo: a Europa é o contrário de um projecto nacionalista.

JCM: Naturalmente que a ideia de Europa é contrária a um nacionalismo ideológico. Porque o nacionalismo, como sabe, pode ser interpretado em vários sentidos. Nós somos nacionalistas no sentido em que gostamos do nosso país e queremos defender o interesse do nosso país...

AV: Talvez aí o patriotismo seja um termo mais adequado...

JCM: ... é curioso que os nacionalistas não gostam da palavra patriotismo e os patriotas não gostam da palavra nacionalismo. O nacionalismo pode ter uma conotação

ideológica. O nacionalismo ideológico sobrepõe o princípio nacional a tudo o que não é nacional, ou seja, corresponde a uma ideia negativa em que o outro, o internacional, o exterior, é o inimigo. O patriotismo, não.

Ora, a filosofia política que sempre defendi é precisamente a filosofia oposta. Nós somos membros da comunidade internacional e, como tal, estamos sujeitos a determinadas vantagens e limitações, porque vivemos numa comunidade. Da mesma forma, um indivíduo que vive numa comunidade nacional tem vantagens, que lhe advêm da organização do Estado, mas tem também obrigações, tem limitações. E é essa ideia das limitações à soberania que os nacionalistas têm dificuldade em aceitar. Quando, afinal, isso é um contra-senso – pertencendo a um grupo de países mais poderoso, a nossa soberania não diminui, aumenta. Passámos a ter capacidade para fazer coisas que nunca poderíamos fazer sozinhos.

... ..

AV: Acredita na concepção kantiana da paz democrática?

JCM: Kant teve grandes ideias. Eu sou mais realista, mais terra-a-terra. Mas são muito interessantes as análises que fazia. Não é por acaso que escrevi um livro chamado Diplomacia Pura.

AV: É kantiana a sua concepção de que a função do diplomata é fazer a paz entre as nações, resolvendo as tensões e crises que afectam as suas relações.

JCM: Exactamente. O Sermão da Montanha acaba dizendo: «Benditos sejam os fazedores da Paz». É a única actividade que Jesus abençoa expressamente. E os fazedores da paz são os diplomatas. Eu encaro a diplomacia, ou seja, os diplomatas, como os grandes mensageiros da paz. Parto do princípio de que um Estado não pode viver isolado, tem que viver na comunidade internacional, e isso implica relações com os outros Estados. Não é possível conceber um Estado completamente isolado. Parece que os Talibã queriam isso mesmo...

O Estado vive na comunidade internacional e tem que ter relações com os outros Estados, por variadíssimas razões, que podem ser estratégicas, económicas, etc. Isto implica acomodar os interesses de um país com os interesses dos outros. Porque, muitas vezes, os interesses não são coincidentes – às vezes são, mas na maioria dos casos não são. É por isso que a diplomacia, para mim, implica sempre negociação. Seja ela concebida num sentido amplo – que são os contactos permanentes –, seja num sentido mais formal, de visar obter um acordo escrito.

Por isso, o diplomata é alguém que tem de estar preparado para conseguir obter consensos, para encontrar soluções de compromisso, o que implica cedências. Esta é a minha concepção da diplomacia. Um diplomata tem que ter essas qualidades, a capacidade de encontrar soluções de compromisso entre os vários interesses nacionais, não esquecendo que há uma gradação de valor desses interesses.

AV: A guerra é o fracasso da diplomacia?

JCM: Exactamente. Quando há guerra é porque os recursos da diplomacia falharam totalmente.